

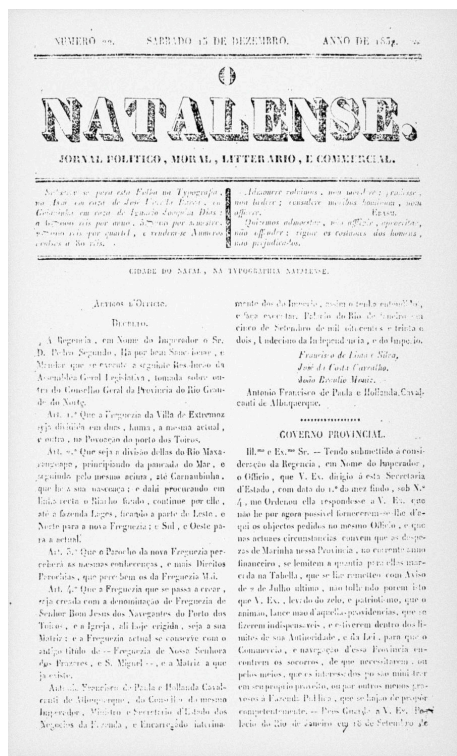
HISTÓRIA DO JORNALISMO NO RIO GRANDE DO NORTE (1832–1889)

Gustavo Sobral
Juliana Bulhões



Editora Biblioteca Ocidente
LIBRUM LUX MUNDI

História do jornalismo no Rio Grande do Norte (1832–1889)



Editora Biblioteca Ocidente

2025

Copyright © 2025 by Gustavo Sobral
Copyright © 2025 by Juliana Bulhões

Direitos reservados a:

Editora Biblioteca Ocidente
Av. Parque das Lagoas, 195
Parnamirim, RN, CEP 59154-325

Título original em língua portuguesa: História do jornalismo no Rio Grande do Norte (1832–1889)

Capa e editoração: Gabriel Araújo.

Editor: Francisco Isaac Dantas de Oliveira.

Comitê editorial da Editora Biblioteca Ocidente: Adriano Cruz (UFRN), Francisco Isaac D. de Oliveira (CERES/UFRN), Joaquim Pinheiro de Araújo (UFERSA), Juliana Bulhões Alberto Dantas (UERN), Maria Aparecida Ramos da Silva (UFRN), Mariza Silva de Araújo (IFESPE) e Sheila Mendes Accioly (UFPB).

Imagem da folha de rosto: Jornal *O Natalense*, 15 dez. 1832.

Revisor: Matheus Pereira.

Revisão crítica: Maurício Barros do Amaral

Para obter o e-book, acesse www.revistagalo.com.br e faça o *download* gratuitamente.

Visite nossas redes sociais:

@editorabocidente e @revistagalo no instagram, e;
@revistagalo.com.br no bluesky.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

S677h

Sobral, Gustavo

História do jornalismo no Rio Grande do Norte (1832–1889). Gustavo Sobral,
Juliana Bulhões. — 1. ed. — Parnamirim, RN : Editora Biblioteca Ocidente, 2025.

Dados eletrônicos (1 ed. — PDF : 56 f.)

ISBN: 978-65-01-49029-8

1. Imprensa. 2. História do RN. 3. Memória do Brasil. I. Sobral, Gustavo. II. Juliana
Bulhões. III. Oliveira, Francisco Isaac D. de Oliveira. IV. Título.

CDD: 981

Índice para catálogo sistemático

1. História do Rio Grande do Norte	981.32
2. Mídias impressas e jornais	701.72
3. Jornalismo	70
4. História	900

Bibliotecária: Adriana de L. Teixeira CRB 15/0550

Por uma história social do jornalismo potiguar: conexões e passado compartilhado

Os jornalistas Gustavo Sobral e Juliana Bulhões, autores deste necessário “História do jornalismo no Rio Grande do Norte (1832–1889)”, para além de singulares comunicadores, são também promissores historiadores, estão nas trincheiras da memória recuperando a história do Rio Grande do Norte.

Eles trazem boas contribuições historiográficas sobre o jornalismo potiguar e cada obra pesquisada, trabalhada, restaura e preenche uma lacuna de nossa história. Colocam o jornalismo como protagonista e cada contribuição lançada vira referência para entendermos melhor o passado do Rio Grande do Norte.

Nesse pequeno, mas importante livro, os autores nos mostram como era demorada, custosa e cheia de ônus a empreitada de fundar um jornal no então norte do Brasil. Informação pouca, era importante levar mais, fazer as informações locais e nacionais circularem por Natal e pela nossa pequena província. Ou seja, era uma empreitada empresarial inovadora, cheia de desafios, dada a precariedade espacial, econômica e social na qual a nossa província estava imersa. Mas um pioneiro aceitou o desafio e fundou o Jornal *O Natalense*, o deputado geral padre Francisco de Brito Guerra.

Logo, essa história é também das técnicas, dos tipos, da tinta, das máquinas que imprimiram as notícias oitocentistas a partir da década de 1830 aqui no Rio Grande do Norte. É um relato do trabalho e dos trabalhadores, esses podiam trabalhar até 16 horas no dia para colocarem na praça um jor-

nal de quatro páginas; nesse livro fica evidente a quantidade de trabalho e de pessoas especializadas que eram necessários para fazer um jornal.

Vejamos outro ponto interessante que liga a história do jornalismo de Natal a uma temporalidade passada mais macro: a vinda do trabalhador tipógrafo, o alemão Carl Eduard Muhler que aqui no Brasil ficou conhecido como Carlos Eduardo Muller. A própria invenção da imprensa, uma revolução editorial popularizada pelo germânico Johannes Gutenberg em fins do século xv, nos revela que Carlos Eduardo Muller era um herdeiro dessa revolução, e ainda no século xix estava envolto em trabalho dos tipos e da impressão pelo mundo afora. Quero lembrar que a região de Flandres e da atual Alemanha eram dois centros irradiadores dos papéis, das técnicas e da imprensa desde o renascimento, e exportaram para toda a Europa e América Latina os trabalhadores, livros, missais e todo o tipo de impressos, vejam só as ligações históricas possíveis que Gustavo e Juliana trazem à tona nesse poderoso estudo do jornalismo local.

Essas histórias reveladas e as possíveis conexões com outros tempos e contextos são a riqueza dessa obra. E nos mostram que não estávamos e não estamos isolados. A história se faz nas conexões, sejam elas colonialistas, imperialistas, muitas vezes violentas, às vezes pacíficas, mas sempre conexões, intrincados pontos de junção que sempre nos lembram que não estamos a sós no mundo. Esses contatos são profícuos e mudam as culturas, as línguas, as imagens, os jeitos, as posições políticas e transformam os homens e mulheres, são revoluções barulhentas e ou silenciosas que mudam as formas de fazer notícia, de perceber a informação.

Todos nós sabemos atualmente o poder da informação, pessoas bem-informadas e que buscam boas fontes de informação se destacam da multidão. Precisamos de novas revoluções, assim como a do padre Guerra lá no XIX, precisamos de novas posturas na atualidade para vencermos a desinformação e o neofascismo.

Os autores cumprem aqui um papel de excelência para duas áreas humanas, a comunicação social e a história, um contributo formal e acadêmico para entendermos com mais clareza e fidelidade o nosso passado.

Francisco Isaac D. de Oliveira
historiador, professor substituto no CERES

Caicó-RN, maio de 2025

História do jornalismo no Rio Grande do Norte (1832–1889)

A imprensa no Brasil, e consequentemente no Rio Grande do Norte, é resultado imediato da chegada da família real portuguesa em 1808 que, entre outras providências, além de fundar a imprensa régia, permitiu que nas províncias se instalassem prelos e se criassem jornais. Antes, era terminantemente proibido.

A imprensa aparece no Rio Grande do Norte em 1832, com a publicação do jornal *O Natalense*, pelo deputado geral padre Francisco de Brito Guerra. Impresso em tipografias de outras províncias — Maranhão, Pernambuco e Ceará —, até que o padre Guerra decidiu criar uma sociedade para instalar uma tipografia local.

Junto a Basílio Quaresma Torreão, presidente da província, José Fernandes Carrilho e Urbano Égide da Silva Costa Gondim de Albuquerque, padre Guerra estabeleceu uma sociedade anônima, a Sociedade Tipográfica, com capital dividido em 40 ações para aquisição de um prelo e a contratação de um tipógrafo.

Não era empreendimento simples montar uma tipografia. Uma oficina tipográfica, por mais precária que fosse, exigia, além do prelo, um diretor, um redator, um tipógrafo e um impressor, profissionais que surgiram junto com a imprensa no Brasil.

O Código Criminal de 1830 determinava que as tipografias deveriam ser registradas perante as câmaras das cidades onde se localizavam. Os tipos e os prelos eram importados. Tudo era muito recente, inclusive no cenário mundial, basta

pensar que a máquina de papel foi criada em 1798 e a prensa mecânica em 1812.

O prelo de *O Natalense* foi adquirido no Recife. Provavelmente, um dos dois modelos que circulavam no Brasil: ou o inglês *Stanphone*; ou o norte-americano *Columbian* – bastante difundido nas províncias de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Maranhão.

Era caro imprimir jornais. Além do custo inicial para a aquisição do equipamento e manutenção da sede, havia o pagamento dos funcionários e o custo do papel. A receita vinha da venda dos exemplares avulsos, assinaturas, anúncios e publicações de atos e comunicados governamentais custeados pela tesouraria da província.

Tipografia era não só a oficina onde se faziam impressões, como também o termo que denomina o processo de composição do jornal com a prensa e os tipos móveis. As páginas para impressão eram formadas pela junção dos tipos que, ordenados, formavam uma chapa sobre a qual se aplicava a tinta que, pressionada sobre o papel, formava a impressão.

O tipógrafo era o responsável por compor os textos; e o impressor, por acionar a prensa para realizar a impressão. Um jornal de quatro páginas como *O Natalense* poderia demorar até dezesseis horas para ser preparado.

A figura do tipógrafo era a de um profissional qualificado e necessário. O seu trabalho era intelectual e manual, pois exigia que se soubesse ler e escrever para lidar com a composição dos tipos; enquanto o trabalho de impressor era braçal, manuseando a alavanca mecânica como uma extensão do seu braço.

Há uma suposição de que o tipógrafo contratado para *O Natalense*, o alemão Carl Eduard Muhlert, tenha vindo para Natal diretamente do Recife, tendo ele mesmo vendido a tipografia em que trabalhava.

Não se sabe em que condições veio para o Brasil e o porquê, como também não se sabe como se fez tipógrafo. Natural de Brunswick, Alemanha, Muhlert, no Brasil, se tornou, ao solicitar a naturalização em 1857, o brasileiro Carlos Eduardo Muller.

Muller seria o primeiro tipógrafo a atuar na província do Rio Grande do Norte e, ao longo de sua trajetória, foi neste ofício que se fez até o fim da vida, transitando pelo Brasil, acredita-se, em busca de melhores condições de trabalho, marcando essencialmente a atividade do tipógrafo como itinerante.

Muller permanece em *O Natalense* até 1833, depois disso, em 1841, aparece como diretor do jornal *23 de Julho* em Fortaleza, Ceará. O diretor era o encarregado pela parte comercial da tipografia, ou seja, recebimentos, pagamentos, fiscalização da impressão e do pessoal, compra de insumos, distribuição, vendas, e o que mais houvesse a resolver e providenciar.

Ao que parece, Muller participou efetivamente da vida política do Brasil. Há menção à sua participação na Sedição de Exu, no Ceará; e da Praieira, em Pernambuco, onde foi preso e, posteriormente, liberado em razão da sua atividade de tipógrafo, conforme consta no despacho do chefe de polícia em 6 de julho de 1849: “sendo ele compositor e impressor, a sua detenção pode embarçar a livre publicação pela imprensa de quaisquer escritos”.

Além disso, Muller integrou a Associação Tipográfica de Pernambuco, pois consta que não só participava das reuniões, mas também que foi vice-presidente. Importa destacar que os tipógrafos se reuniam enquanto classe trabalhadora atuante, haja vista as constantes menções a reuniões que saíam nos jornais.

A trajetória de Muller é apenas uma entre tantas outras que restaram anônimas dos profissionais envolvidos na confecção dos jornais que, mais do que tudo, faziam circular notícias. O tipógrafo é parte esquecida e integrante do forte circuito que se instituiu entre o jornal, a notícia e o leitor.

O jornal, a notícia e o leitor

O jornal toma a forma de uma rede de textos, figurando como um espaço, o espaço do papel, folha e páginas para a circulação de notícias, sobretudo, com um caráter enciclopédico, informativo, utilitário e, ao mesmo tempo, fragmentário pela sua diversidade; e objetivo, também por consequência do seu limite de páginas.

Importante observar os elementos básicos que fizeram o jornal como tal, no Brasil, no século XIX: o nome do jornal, uma epígrafe ou citação de algum pensador, sobretudo estrangeiro, servindo de indicativo da linha editorial, o redator, o ano, o número, o lugar, o dia, o mês e o ano de publicação, as informações sobre preço, assinatura e dia de publicação.

Saía em quatro páginas, textos em colunas na frente e no verso do papel. O título de cada um dos textos orientava o leitor para o tema ao mesmo tempo que servia para separar um texto do outro, também demarcado, quando

não encerrados naquela página ou edição, pelos indicativos “(continua)” e “(fim)”.

A linha fina e o intertítulo também estabeleciam limites entre textos e seções, e é assim que o jornal nasce e se torna periódico, diverso e acessível a quem pudesse assinar ou comprar um exemplar avulso. Embora restrita a uma circulação local, pela primeira vez, a informação estava disponível de forma indistinta a quem pudesse pagar por ela.

É preciso atentar que havia barreiras à circulação dos jornais. É sabido pelas falas anuais dos presidentes de província da necessidade não só de manutenção e melhoria das precárias estradas existentes, como também da necessidade de ampliação da malha viária.

Não bastava o serviço regular da navegação entre os portos, a comunicação com o interior também estava prejudicada pela não possibilidade da navegação fluvial perene. É certo que havia o serviço oficial de mala postal.

Também não custa lembrar que a estrada de ferro só chegou ao Rio Grande do Norte no último quartel do século XIX. Portanto, a comunicação predominante era a fluvial e, sobretudo, com as outras províncias, muito mais que entre as cidades e vilas locais entre si.

Não havia jornalistas contratados para apurar e construir notícias que ficavam exclusivamente ao encargo dos redatores. A informação fornecida pelo jornal era obtida de forma gratuita e vinha pelo vapor, vinha pelo leitor, vinha pelos relatórios e cartas.

Um jornalismo que era opinião em forma de artigos e publicava os atos oficiais do governo na forma de comunicados, editais, leis, etc., reunindo uma seleção de temas e

assuntos que apareciam sob a forma de notas, notícias, avisos e anúncios.

O jornal para atender ao leitor elegia como tema e assunto o cotidiano. As notícias se faziam, para além dos atos oficiais, em fatos diversos: acidentes, casamentos, mortes, protestos, prisões, polêmicas e campanhas como a abolicionista.

Utilitário, o jornal também informava a hora de chegadas e partidas do vapor e as novidades que traziam das outras províncias e da corte. Divertia com charadas, poemas e folhetins e se firmava como um celeiro de variedades a serviço de um público diversificado e com interesses múltiplos.

Era comum também figurar como matéria do jornal a transcrição de discursos proferidos por deputados e senadores e as falas e relatórios do presidente da província. Também poderia ser notícia no jornal a defesa dos próprios interesses.

O *Argos Natalense*, edição de 8 de novembro de 1851, faz publicar o resultado dos trabalhos da Assembleia Geral Legislativa, a partir da manifestação indignada do redator, contrário a um imposto para os jornais, que o prejudicaria.

O discurso do senador Montezuma transcrito pelo *Argos* reflete a importância do jornal: “é nos jornais que ele [o leitor] conhece todas as medidas administrativas do governo; é nos jornais que lê artigos sobre indústrias que podem desenvolver a riqueza do país; é nos jornais, em uma palavra, que se vê discutidas muitas proposições que em outros países fazem objeto de folhetos ou de livros”.

Assim, o leitor tomava conhecimento do mundo ao ler o que lhe interessava e até o que não lhe interessava em meio a uma miscelânea de conteúdo informativo. Dessa forma, o

leitor também tinha acesso a uma gama de ofertas de produtos e serviços, sob o indicativo de “avisos” e “anúncios”.

Avisos e anúncios

Pululam avisos e anúncios sobre venda de livros, propriedades, remédios, vestuário, objetos perdidos, espetáculos teatral e circense, compra e venda e arrendamentos de casas, terrenos, fazendas, animais e pessoas escravizadas.

É a venda de azeite de mamona e compra algodão, couro salgado e seco, açúcar branco e mascavo e venda de taxas de ferro para engenho, fumo em folha para charuto, palitos, moinhos de vento, bandejas de papel, santinhos de barro e outras curiosidades.

O jornal anuncia a compra de quatro milheiros de telha de boa qualidade na rua da Conceição, em Natal, em casa do senhor Joaquim Ignácio Pereira. A compra de uma cabra leiteira, devendo, quem a tiver, se dirigir à tipografia do jornal, o mesmo deveria fazer quem tivesse para vender um cavalo capaz de fazer viagem.

Os profissionais liberais também anunciavam. É o fotógrafo que se ausentará da praça, informando que aqueles que desejarem obter as suas fotografias devem procurá-lo logo.

O arquiteto e marmorista que confecciona túmulos, brasões em mármore, pedras com inscrições, pias para batismo e água benta, pedras para mobílias, assim como plantas para edificação, e que conserta vidros, leques e bocais de candeeiros a gás.

O advogado do Rio de Janeiro informa que atende aos voluntários da pátria, à guarda nacional e aos que tivessem

intenção de requerer ao governo os atrasados da campanha do Paraguai, prazos de terra, medalha de campanha, pensões e meio soldo às viúvas.

Consultas médicas para qualquer precisão e por chamado a qualquer horário do dia ou da noite e aplicação de vacinas na casa do comissário vacinador, com dias definidos, às quintas e aos domingos, aos que desejassem se vacinar.

O anúncio de remédios inaugura a inovação dos títulos, “pronto alívio” é o título do anúncio da medicação importada dos Estados Unidos, apregoando a qualificação do médico criador do elixir, o doutor Badway, professor de medicina, química, anatomia, psicologia, entre outras habilitações, da Academia de Medicina da cidade de New York.

A dor de dente encontraria alívio na dentina do farmacêutico Eugenio M. Holanda. Um preparo que, segundo o anúncio, era anestésico para dor de dente, explicando a sua ação e as suas vantagens: produzir a completa insensibilidade do nervo dentário e destruir a parte má, resultando no desaparecimento completo da dor.

Outro tipo de anúncio que se valia de elementos persuasivos era o anúncio das casas comerciais. Em destaque, a variedade de sortimentos de que dispunha e o apelo ao comprador, pelas vantagens. E uma advertência importante: que vendia barato, mas não se vendia fiado, e que o mal pagador passasse longe.

É o que aparece na edição de 28 de agosto de 1876 de *O Liberal*: “Alerta! Macaibenses! Quem estiver dormindo — acorde/Quem estiver acordado — erga-se/Quem estiver de pé — aproxime-se/Venha ver/Em exposição o grande espantoso sortimento de fazendas, calçados, miudezas e chapéus,

que em seu estabelecimento fazem os barateiros sem rival/ Saraiva & Cia”.

Assim o jornal se faz de um pouco de tudo e se alimenta de uma gama diversa de coisas a dizer, declarar, comprar e vender, valendo-se de todos os recursos textuais e até os não textuais a seu favor, quais sejam, as ilustrações, tornando o impresso um meio de comunicação amplo, geral e público.

Um jornal que firma, segue e experimenta outros gêneros. Diferente da notícia e do anúncio, a reportagem apresenta-se como caso raro. Incomum foi a existência da que se pode considerar como uma primeira e única reportagem, publicada no jornal *O Recreio*, ano 1861. E que merece ser observada.

Recordações de viagem

O presidente da província, Pedro Leão Veloso, em 1861, formou uma comitiva e partiu em viagem pelo sertão do Rio Grande do Norte.

O Rio Grandense do Norte, edição de 16 de julho de 1861, noticia: a comitiva embarcou em Natal no Vapor Jaguaribe às oito horas do dia 9 de julho, para aportar em Macau, onde tomariam os cavalos e se daria a viagem por terra.

A viagem duraria 44 dias, passando por Assú, Príncipe (Caicó), Imperatriz (Martins), Mossoró, Jardim (Jardim do Seridó), Macau e as vilas de Apodi, Pau dos Ferros e Portalegre e não sei quantas fazendas, estradas carroçáveis e não veredas, um mundo.

A notícia ainda registra o destino e o motivo da viagem: visitar as vilas e as cidades do interior da província, estudar as

necessidades mais urgentes, para provê-las da maneira mais consentânea com o estado financeiro da província. Ainda, talvez já prevendo as intrigas e a falação, a nota faz frisar que o presidente não ia a passeio ou por diletantismo.

Leão Veloso não faria como os presidentes de outras províncias, que saíam em viagem a custo do erário sem resultado vantajoso. Leão Veloso, afirma o jornal, ia para tomar ciências das necessidades, para ouvir o povo e ver com os próprios olhos e testemunhar também o emprego do dinheiro público nas obras do sertão.

Certo é que a comitiva saiu e depois se fez publicar no jornal *O Recreio* um relato desta viagem pelas mãos de um repórter-viajante.

Publicação semanal, vendido por assinatura trimestral e impresso na Tipografia Dois de Dezembro, *O Recreio* explorava em suas páginas textos dos literatos em crônica semanal, poesia, charadas, anedotas, epigramas, pensamentos, etc., e que fez publicar de forma seriada a reportagem sobre o título de Recordações de Viagem.

Francisco Othilio Alvares da Silva é o repórter em ação. Mas um repórter que não se dedica a inventariar as construções, os problemas das cidades e vilas e a situação das obras em andamento. É um repórter que também não registra os encontros políticos entre as autoridades ou qualquer coisa do gênero. O seu propósito é outro.

O relato se apresenta como uma recordação narrativa das experiências da viagem com o propósito de informar aos leitores, não só dos acontecimentos prosaicos do dia a dia da viagem, o cansaço, as pernoites, etc., mas apresentar os lugares visitados aos descrevê-los; e a situação das estradas,

os costumes e divertimentos e as condições de vida e até a paisagem.

Francisco Othilio Álvares da Silva veste-se, portanto, da condição de repórter-testemunha, aquele que vai para ver e conferir e depois narrar, aquele que partilha uma experiência sua e que a tece pelo seu olhar e sabe que se dirige ao público leitor sobre um tempo e lugar que os leitores não conhecem e não vivenciaram.

O repórter é, assim, capaz de transportar o leitor para o tempo da viagem no desenho de sua narrativa. Infelizmente, há uma completa ausência de informações biográficas sobre Francisco Othilio Álvares da Silva. Foi possível localizar apenas o ano de sua morte, 1888. O mais é que foi poeta, autor da reportagem e funcionário da tesouraria provincial.

A reportagem já era considerada um gênero jornalístico no século XIX. Se reportar deriva de relatar, se reportar é remeter-se, referir-se à noção de “recordação” utilizada por Francisco Othilio Álvares da Silva no título de sua reportagem já anuncia o intento: o repórter pretende recuperar o tempo da viagem a partir da rememoração.

Publicada entre 13 de setembro e 17 de novembro, após a viagem, e em partes, a reportagem é marcada pelos lugares por onde a comitiva passou.

A título de preâmbulo, o autor informa o conteúdo que constará no trecho publicado. Em 13 de setembro, por exemplo: “A fazenda do Morro, um sucesso inesperado, a entrada na cidade do Assú, o ensaio de quadrilhas, o homem da — divisão — e a chegada ao Acari”.

É flagrante no texto passagens nas quais o viajante se dirige aos leitores, provocando uma aproximação entre o

leitor e a narrativa de viagem: “eis-me pois, amados leitores, na serra do Martins, ou cidade da Imperatriz, um dos pontos de tanta nomeada da província”.

Entre percalços e aventuras, segue: “Avaliai, caros leitores, quais não foram os sustos que rapei, vendo-me montado em um cavalo passarinho, que apenas tinha caminhado um quarto de légua, voltou outra vez por ver no princípio da descida da serra uns montões de pedras!!”.

As recordações de viagem se fizeram de tudo um pouco por misturar descrições e narrativas de eventos e passagens diversificadas em marcações de tempo e espaço; incômodos da viagem; pessoas que o acompanhavam e as que encontra pelo caminho; incidentes; pousos e hospitalidade; recepções e informações sobre as cidades e vilas, etc.

Importante frisar que o século XIX no Brasil é marcado pelas viagens de exploração e conhecimento, sobretudo, empreendidas por pesquisadores estrangeiros que vinham conhecer e estudar o Brasil e compunham além dos seus relatos científicos, narrativas de viagem em forma de diários, que depois seguiam o destino de serem publicadas em livro.

É certo que o Rio Grande do Norte também recebeu viajantes, mas suas impressões não foram para os jornais. Henry Koster veio de Pernambuco ao Rio Grande a cavalo em 1816 e deixou documentada a sua passagem no livro por ele publicado sobre a sua permanência no Brasil: *Travels in Brazil*. Outro viajante que se pode citar é Gonçalves Dias.

Em missão oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos anos 1850, o poeta e pesquisador veio coletar documentos para o acervo do Instituto; desta, restou apenas registrada as condições, e precárias, dos arquivos locais e

um estudo sobre os governantes da capitania, enquanto o registro de Francisco Othilio Alvares da Silva fica como caso raro aqui de relato viagem publicado em jornal na forma de reportagem.

O mesmo se pode dizer da publicação, também em *O Recreio*, de uma seção intitulada “chronica semanal”, outro caso particular se tratando do jornalismo literário na província do Rio Grande do Norte, que importou folhetins de autores da corte e de estrangeiros. A crônica semanal, diferentemente, foi matéria puramente local.

A crônica semanal

A crônica semanal aparece nas páginas de *O Recreio*, um periódico que se nomeava “crítico, poético e noticioso” e se consagrou como um jornal de apelo literário ao publicar poesia, charadas, anedotas, epigramas, pensamentos e uma crônica semanal.

Não se tratava de um folhetim, tampouco estava no rodapé das páginas, e se apresentava como original, como um comentário de algum fato da semana, geralmente em tom jocoso, relativo a algum evento ou à vida cotidiana, problemas da cidade, práticas sociais, espaços públicos e privados da cidade. Tudo ao sabor do estilo do cronista e pelo seu ponto de vista.

Curioso que o cronista era dado a poetizar ao acompanhar as suas crônicas de versos de circunstâncias relativas ao assunto da crônica. O que torna a crônica semanal um material mais interessante, por esta junção de prosa e verso e, por consequência, único.

Não assinada e, ao que parece, obra de um único cronista, pelo estilo, e que se pode considerar como de autoria do primeiro cronista norte-rio-grandense. Um cronista anônimo, irônico, gracejador, atento, contundente. Nada escapou ao seu olhar crítico.

O cronista assume como assunto o cotidiano da cidade e um dos seus temas se torna um reclame sobre a falta de divertimentos na cidade do Natal. O cronista é também um sátiro, e ironiza a moda da saia balão adotada pelas damas e moçoilas da cidade. O cronista é também aquele que responde aos seus detratores e transforma a própria crônica em assunto.

Na crônica semanal de 20 de outubro de 1861, publicada em suplemento, toca o cronista a tratar de diversos assuntos, compondo um misto de reflexão da crônica sobre a crônica, um diálogo com o leitor, mesmo que sejam os seus detratores e, além disso, um registro dos acontecimentos sociais e uma crítica dos costumes.

Escreveu o cronista: “(...) é certo também é que esse uso do balão se deixou mais para os bailes do que para as sacras solenidades, onde sempre há maior afluência de gente, o incômodo nas mulheres, embora não levem os balões, é infalível pela poderosa razão de cada qual querer estar a seu bel prazer. Ora uma senhora (sendo bela, bem entendido) bem espartilhada, com seu balãozinho no degagé certamente arrebatada! Porém, coitadinha!... que incômodos não sofre ela quando no ruge-ruge de uma novena as perigosas beatas imprensam-na nos arames do seu arqueado balão?”.

Se a crônica semanal foi um lampejo, quiçá uma exceção, como foi também a reportagem, o jornalismo na província

assumiu de forma perene e contínua um caráter e uma matéria política partidária. É possível compreender esta relação entre jornalismo e política ao associar os nomes dos redatores aos nomes dos deputados na assembleia provincial. Eis uma marca do jornalismo provincial: foi também um jornalismo político partidário.

Jornalismo e política na província

O sistema político instituído pela Constituição Imperial de 1824 era o monárquico-constitucional que incluía a representação popular e a separação dos poderes.

Entre os anos de 1831 e 1840, vivia-se o período regencial, cujos regentes, primeiro em Trina, número de três, depois em Una, apenas um, eram eleitos pelo voto popular. É neste contexto que o jornalismo vai se estabelecer no Rio Grande do Norte.

Nascem os jornais, assumindo também o papel de publicações oficiais, espécie de diário oficial da província, quando o veículo era partidário do governo em exercício, ou seja, ao presidente da província. Acontece que os presidentes eram substituídos de dois em dois anos, então se ele não fosse simpático ao jornal, mudava para outro de seu agrado, ou fundava-se uma gazeta para tanto.

A Constituição de 1824 garantia a liberdade de imprensa no artigo 179, inciso IV: “todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar”.

Sob este preceito, fez-se jornalismo no Brasil durante o período imperial. Mas para além da Constituição, houve um Ato Adicional que foi responsável por fundar a estrutura político-administrativa nas províncias e que traçou também, de alguma forma, os caminhos que o jornalismo iria assumir no século XIX.

Foi o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 o responsável pela grande mudança na estrutura política e governamental do Império. O Ato reduziu a centralização política e administrativa e criou as Assembleias Legislativas Provinciais em substituição aos Conselhos Gerais instituídos pela Constituição de 1824.

Os deputados provinciais deveriam receber uma pecúnia e ajuda de custos caso não residissem na cidade onde se instalava a assembleia e eram invioláveis pelas opiniões que emitiam no exercício da função. Uma prerrogativa interessante, a julgar que os deputados provinciais atuaram assiduamente no jornalismo da província.

A política no Império se articulava entre os dois partidos dominantes: o Conservador e o Liberal, que se alteraram no poder durante todo o Segundo Reinado, uma configuração que se repetia nas províncias. Os conservadores eram aqueles que defendiam um estado central forte; e os liberais, a descentralização política e administrativa.

O Partido Conservador reunia os burocratas, os comerciantes e os proprietários de terra cuja produção destinava-se à exportação; o Liberal reunia os profissionais liberais e os proprietários de terras cuja produção estava voltada para o mercado interno. Depois que vieram os partidos Progressista e Republicano.

Na expressão do historiador José Murilo de Carvalho, que estudou a formação destes partidos no Brasil, a manutenção do envolvimento popular em níveis baixos foi um traço marcante do sistema político do Império. Um sistema excludente e que favorecia a perpetuação e continuidade destes grupos nos partidos conservador e liberal.

Segundo Carvalho, os eleitos e os eleitores constituíam uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Eram os letrados que possuíam renda suficiente não só para votar, mas também para serem votados. No Rio Grande do Norte, além de serem os alfabetizados, sabendo ler e escrever, eram os que haviam cursado a Faculdade de Direito em Olinda/Recife e a Faculdade de Medicina da Bahia e, quando padres, o Seminário de Olinda.

Muitos deles deputados e que passaram pelo judiciário, na função de promotores e magistrados, alguns foram chefes de polícia, exercendo ao longo da vida outras carreiras no judiciário e na coisa pública. Os padres, por sua vez, eram funcionários não só da Igreja Católica, mas também do Estado, pagos pelo Governo Central.

O historiador Tavares de Lyra descreve os primórdios deste cenário local, nada mais do que uma amostra do que corria pelo Brasil: nos primeiros anos, não havia arregimentação partidária, a política vivia em torno dos presidentes de província, solicitando graças e favores.

Os deputados provinciais, por sua vez, se articulavam em torno dos seus propósitos. Alguns nomes desapareceram nas primeiras legislaturas, outros se perpetuaram escrevendo não só a sua história política, mas também a história política do Rio Grande do Norte.

Observar as listas dos eleitos, legislatura a legislatura, faz destacar nomes de algumas figuras que permaneceram por diversos mandatos. Uns foram reeleitos três, quatro, cinco, sete e até nove vezes e, não só isso, foram estas figuras as que fundaram e geriram os jornais.

A antecipação da Maioridade de D. Pedro II marca o início do Segundo Reinado, um novo tempo para a Assembleia Provincial e um novo tempo para o jornalismo local. É definitivamente no final da década de 1840 que o jornalismo vai se sedimentar de forma perene aqui, com títulos que se sucedem tanto do lado dos liberais, quanto dos conservadores.

Um jornalismo político e noticioso empreendido por redatores que eram os letrados bacharéis em Direito e Medicina, figuras que tomavam assento como deputados nas assembleias provinciais. No Rio Grande do Norte, um jornalismo partidário permanece numa linha contínua de longa duração.

Jornalismo e política eram indissociáveis, pois eram as ideias, as paixões e os candidatos dos partidos a razão de existirem os jornais em sua quase plena maioria. Uma divisão clara que separa, de um lado, os jornais que atendiam aos interesses e pertenciam aos conservadores; e, por outro lado, os liberais.

Interessante que a vida dos jornais era, aparentemente, breve, pois se morriam os títulos, a essência se perpetuava na continuidade do grupo que os publicava e na mesma defesa partidária, nascendo sob o título de um novo jornal. Um enredo que se tece em um emaranhado de articulações entre políticos, suas causas e os seus jornais.

Em 1849, aparece em campos opostos, defendendo as suas respectivas agremiações políticas, de um lado, *O Nortista*; do outro, *O Sulista*. E, para além deles, *O Brado Natalense*, redigido por João Valentino Dantas Pinagé, que seguia a mesma orientação política de *O Nortista*, de quem era “filho abortivo”, na expressão crítica dos adversários.

O Nortista se dizia político e moral e pertencia aos bacharéis Jerônimo Cabral Raposo da Câmara e aos seus irmãos Otaviano e Leocádio. Já *O Sulista*, foi um jornal de ocasião, veio para defender a candidatura de Moraes Sarmiento a deputado geral. Candidatura que *O Nortista* combateu. Ao que se dizia, era o redator do *Sulista* o próprio candidato. Sarmiento eleito deputado, o jornal desapareceu.

Em 1851, o *Nortista* se transforma em *O Constitucionalista Nortista*, sob a direção política dos irmãos Cabral. Já *O Brado Natalense*, redigido por João Valentino Dantas Pinagé, também conservador, vai ser sucedido, em 1851, pelo *O Clarim Natalense*. Em oposição ao *Clarim*, aparece o jornal liberal *O Argos Natalense* de José Moreira Brandão Castelo Branco. Jornal que se torna, em 1852, *O Jaguarary*.

Os liberais, mais à frente, vão se reunir em uma nova publicação, *O Rio Grandense do Norte* (1858–1862), redigido, entre outros, por Moreira Brandão, Luiz Carlos Wanderley, Vicente Inácio Pereira e Luiz Rodrigues de Albuquerque; enquanto os conservadores vão se abrigar e fazer a oposição pelo *O Dois de Dezembro* (1859–1862), sob a direção política de Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti. Jornal que, posteriormente, passaria a ser *O Correio Natalense* (1862–1868).

Houve também dissidências. Foi o caso de *O Progressista* (1862), resultado de uma fração do Conservador, sob a

direção do coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara; com uma fração do Liberal, sob a chefia de Moreira Brandão.

O Progressista é um caso de um jornal mutante. Em 1863, Olinto Meira assumiu a administração de *O Progressista* e o jornal passou a defender o governo e a publicar os atos oficiais. Três anos depois, em 1866, *O Progressista* passou a chamar-se *O Rio-Grandense*, continuando a publicar o expediente do governo.

Em oposição ao *O Progressista*, apareceu *O Liberal do Norte* (1868–1872) que nada mais era que uma nova versão de *O Correio Natalense* de Amaro Cavalcanti, redigido pelos quatro primeiros membros do diretório: Amaro Cavalcanti, Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco, Luiz Rodrigues de Albuquerque e Jefferson Mirabeau de Azevedo Soares.

Em 1869, a fração conservadora chefiada pelo coronel Bonifácio voltou à ação e fundou *O Conservador*. Jornal político e noticioso partidário da administração da província, rompendo com os Cabral. Só com a reconciliação entre os dois grupos conservadores que *O Conservador* voltou à sua antiga posição de folha oficial. Foi o que teve vida mais longa, pois, não obstante as interrupções, viveu doze anos.

Em 1872, Jerônimo Cabral Raposo da Câmara, embora conservador, nunca se identificara com o coronel Bonifácio e seus correligionários, assumiu o governo da província, na qualidade de seu vice-presidente e criou *O Constitucional*.

Retirando-se Amaro Bezerra depois da ascensão do partido conservador, em princípios de 1872, assumiu Moreira Brandão a chefia do partido liberal, pondo-se à frente da redação de *O Liberal do Norte*, que passou a se chamar simplesmente *O Liberal* até 1883. Este e *O Conservador* ficaram

sendo os órgãos dos respectivos partidos durante mais de dez anos.

É neste jogo que os jornais surgem e desaparecem para continuar em outros títulos acompanhando o movimento político.

Entre alianças e oposições, cargos e propriedade de jornais, a história política e da imprensa da província do Rio Grande do Norte se confunde com a biografia destas e outras figuras que transitaram pela política e utilizaram os jornais como suporte.

Jornais que também refletiram as ideologias e o pensamento do seu tempo. Um caso notável é a presença do indianismo associado ao ideal da bravura guerreira do índio-herói. O jornal *O Jaguarary* apareceu nesta clara associação com o indianismo, diante a um obscuro silêncio do jornalismo com a questão indígena na província.

Jornalismo e indianismo na província

A questão indígena no século XIX é marcada por um paradoxo. Se, por um lado, a política imperial permitia a escravização dos indígenas e estabeleceu a tutela e a restrição aos aldeamentos; por outro lado, o indígena idealizado foi eleito como símbolo da nação com a moda do movimento romântico na arte, na poesia, no romance e no teatro, na confecção de dicionários e no estudo das línguas indígenas.

O indígena é eleito herói do passado cercado pela beleza da mata virgem, convertido em símbolo do império e presente em suas alegorias. Dom Pedro II envergará uma murça de penas de papo de tucano, e os títulos concedidos pelo

Imperador desfilavam em nomes indígenas. O próprio imperador propôs a edição de gramáticas e dicionários, estudou o tupi e o guarani e se interessou pelos estudos etnográficos e linguísticos dos povos indígenas.

Esta eleição do indígena como elemento símbolo do romantismo brasileiro ganhou a alcunha de indianismo. Uma das inspirações era o bom selvagem de Rousseau, do qual Gonçalves Magalhães partiu para propor o seu poema épico “A Confederação dos Tamoios” (1856). No poema, os indígenas são bravos guerreiros e heróis capazes de sacrifício.

Já Gonçalves Dias explora o indianismo a partir de documentos históricos e etnográficos publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dias lança uma poética dedicada à formação do país, na qual não podiam faltar os elementos caros ao movimento: a terra virgem e o índio puro e honrado, exemplo a ser seguido. Uma visão idealizada que também encontra voz nos romances escritos por José de Alencar.

Nos anos 1850 e 1860, o indianismo se firma como movimento cultural e político no Brasil, despontando na produção poética, no romance e na música, na pintura e no teatro, acomodado nas contradições de um país que, na realidade, escravizava os seus heróis, os confinava em aldeias e espoliava as suas terras.

Este projeto idílico encontra no jornalismo da província um espaço, mesmo que comedido, no jornal *O Jaguarary*. Intitulando-se periódico político e social do Rio Grande do Norte, tendo por redator o político liberal José Moreira Brandão Castelo Branco, o jornal lançou o seu primeiro número em 22 de março de 1851.

Nele, apresentou as suas bases, ao se propor um órgão combativo a exemplo do indígena que lhe empresta o nome: “Semelhante ao índio do mesmo nome, que tendo os pulsos roxeados pelos ferros opressores, atravessando as falanges inimigas, e redobrando com a coragem as suas forças naturais, sempre valente e decidido (...)”.

Na primeira página, acima do título, aparece uma figura indígena desenhada. Os padrões greco-romanos prevalecem na estética da imagem. Jaguarary aparece de cocar, saiotê, arco na mão, cesta com flechas às costas e impõe uma bandeira com a palavra “Constituinte”. Ao fundo, uma paisagem natural.

O jornal era publicado em dias indeterminados e subcrevia-se na cidade do Natal; e em São José e Assú, na casa de particulares. O lema-citação é de “Ode aos gregos” de José Bonifácio, em trecho que conclama os brasileiros a servir e amar a pátria. Intitulava-se um periódico político e social do Rio Grande do Norte.

No primeiro número, aparece o seu projeto: fazer ecoar o clamor dos oprimidos em diversos pontos do império, “cheio de coragem, pretende a todo custo sustentar as suas ideias e defender os seus direitos”. E lança os seus princípios: liberdade e ordem.

Liberdade de voto, pensamento, independência nacional, equilíbrio dos poderes políticos, limitação aos arbítrios do governo e senado, igualdade de direitos e princípios democráticos, centralização sem prejuízo às províncias, punição aos transgressores da lei.

Também faz publicar o poema “O canto do Jaguaray”, que trata da beleza da terra, de amenos campos formosos,

a bela Jundiá, clama pelos valentes potiguaras de arcos e flechas. Interessante que o poema se faz publicar com notas explicativas.

As notas definem “Jundiá” como “lugar desta província do Rio Grande do Norte onde consta haver nascido o índio Jaguarary”; e a nota sobre os potiguaras assim se apresenta: “nação de índios que dominava todo o litoral, e a costa do norte onde desemboca o rio Apody, e se estendia pela parte ocidental até os limites desta com a província do Ceará”.

Jagarary se apresenta como um índio valente que defende a sua terra com arco e espada na guerra contra os tiranos, clama por Tupã contra Anhagá. O jornal explica em nota que Tupã é o gênio do bem, e Anhagá o do mal. Além disso, acrescenta em nota que Jaguarary trocou o arco pela espada e prestou serviço à pátria sob o nome de Simão Soares.

Outra era a realidade do indígena nas cidades e nas aldeias. Escravizados, comercializados, considerados incapazes e tutelados pelo estado brasileiro responsável por administrar as terras dos aldeamentos.

Cabia à Assembleia e ao Governo Geral juntamente com às assembleias provinciais, conforme o Ato Adicional de 1834, decidir sobre a questão indígena. Uma nova lei só viria em 1845, o Regulamento das Missões, que faz permanecer o sistema do aldeamento.

A província teria um diretor-geral dos índios e cada aldeia um diretor. A Lei de Terras de 1850, por sua vez, declara que o direito dos índios sobre a terra é um título originário.

As terras indígenas deveriam ser registradas em cartório e todo este sistema era para resguardar que não fossem invadidas ou tomadas. Além disso, os indígenas eram forçados

a trabalhar, seja prestando serviço público, seja para particulares, com direito à remuneração.

Pertencia a esta estratégia a alegação corrente de que eram poucos e que já deixavam de ser indígenas ao se misturar com a população e, por isso, inexistentes, por desaparecidos.

Em 1839, o relatório do presidente da província do Rio Grande do Norte aponta que os indígenas estavam sumindo, se extinguindo, restando a sua presença em Extremoz, São José, Vila Flor e Goianinha. É o que aparece em *O Publicador Natalense*, em 25 de abril de 1840.

O jornal faz publicar o relatório do presidente da província, no qual constam as seguintes informações fornecidas pelo juiz de paz: em Extremoz, havia setecentos indígenas, ocupando uma légua de terras na Cidade dos Veados, praticando a pesca e o trabalho por jornal; em Goianinha, quatrocentos indígenas, cultivando mandioca e carrapateiro.

Em São José, quinhentos indivíduos, em terra demarcada, entregue “à ociosidade; e, por isso, vivem em grande penúria”; e, em Vila Flor, “140 fogos de índios, os quais ocupam duas léguas de terras, medidas e demarcadas: dão-se à cultura de mandioca: mas com pouco fruto, pela má qualidade do terreno; as sobras das terras são arrendadas pelos Juízes de órfãos, que aplicam os rendimentos delas para suprirem as necessidades dos mesmos índios”.

O presidente da província sugere que a administração dos bens dos índios deixasse as mãos dos juízes de órfãos e fosse para as Câmaras Municipais, “ficando estas sujeitas às obrigações que estavam a cargo das antigas conservatórias semelhante medida, sobre ser mais profícua aos bens dos

mesmos índios, a concorreria para aumentar os rendimentos das Câmaras Municipais que os tem diminutos”.

Outros dados registrados posteriormente não aparecem nos jornais. Em 1844, pelo arrolamento do chefe de polícia João Paulo de Miranda, havia 6.795 indígenas na província. Já no recenseamento de 1872, os indígenas não são considerados no quadro populacional, que é dividido entre brancos, pardos, pretos e caboclos. Os brancos correspondiam a 44% do total; pardos, pretos e caboclos, 56% do total.

Os indígenas, portanto, não são apenas apagados dos dados oficiais e incorporados, tornando-se caboclos a partir da década de 1870, mas também é uma realidade a sua ausência nas páginas dos jornais, restando, como sua única aparição, esta fala do presidente de província reproduzida pelo jornal e a tônica do herói bravo e romântico do passado.

Ao contrário desta política imperial de firmamento de um nacionalismo que fazia do indígena uma figura simbólica, a escravidão é tema recorrente pelos jornais, sobretudo, nos anúncios de compra e venda de escravizados. Não há como desassociar a escravidão da história do jornalismo.

Jornalismo e escravidão

A imprensa local dedicou suas páginas a registrar anúncios de fugas e retratos falados, mostrando a marca do maltrato e da violência.

Como enfatiza o historiador Marco Morel, há uma ligação estreita entre escravizados e imprensa no Brasil do século XIX, que aparecem estampada nas marcas de seus corpos, gestos, resistências, violências e sofrimentos, dividindo opi-

niões dos jornais e dos jornalistas, atuando como agentes intermediários na venda dos periódicos, possibilitando a explosão de um tipo mais recorrente de anúncios, os das fugas e, finalmente, como leitores.

Um retrato que é resultado do sistema político, social e econômico instaurado na colônia e que perdurou com a Independência e o firmamento do Império. Somado à cultura da cana-de-açúcar, que instaurou uma sociedade patriarcal, monocultora, escravocrata e violenta, e que submeteu os africanos, frutos do tráfico negreiro, à condição de escravizados.

Como asseveram Lília Schwarcz e Flávio Gomes, organizadores do *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*, a sociedade escravista produziu um mundo moral, econômico e cultural próprio para tratar escravizados. Um mundo em que religiosidade e paternalismo atuavam pela intolerância e a truculência, tratando o escravizado como um bem econômico.

Sujeito a compra, venda e aluguel, em um cotidiano traçado pela exploração forçada. O *Correio do Assú*, em 7 de setembro de 1873, estampa um anúncio que é o exemplo vivo da escravidão no Brasil: “aluga-se uma criada livre ou escrava, para o serviço ordinário de uma casa de família. Nesta tipografia se dirá quem pretende”.

O escravizado é equivalente a qualquer bem, como neste anúncio em que se vende um escravo e três jumentos novos. *Correio do Natal*, 30 de maio de 1882: “vende-se por preço razoável um escravo de 18 anos saído de boa figura e apto para todo serviço. Na mesma tipografia se indigitará também quem tem para vender três jumentos novos de boa saída

próprios para gananhões e para todo serviço por já terem a idade de três anos”.

As matrículas registravam o histórico de compra e venda e garantiam a propriedade. O *Brado Conservador*, em 2 de março de 1877, apresenta dados do livro de matrícula especial dos escravizados da freguesia do Assú e permite conhecer toda a trajetória de compra e venda do escravizado Francisco, passado de mão em mão, entre diversos compradores.

Vícios “ocultos” e “defeitos” ensejavam o direito legal à devolução do bem. Este é o caso da compra por Felipe Maximo da Rocha Bezerra, mercador de escravizados, que o *Brado Conservador*, em 6 de abril de 1877, na Página Forense, faz conhecer.

Máximo adquiriu o escravizado Joaquim, “mulato por volta de 15 anos de idade”, e o conduziu para a praça de Pernambuco, fazendo-o embarcar num vapor costeiro com escalas nos portos de Natal e das províncias da Paraíba e de Pernambuco, seu destino final.

Durante a viagem, Joaquim foi acometido de uma forte constipação e, “depois de graves sezões”, chegou ao destino doente. Ao perceber que o escravizado apresentava moléstias que considerou incuráveis, o mercador retornou com ele para desfazer a compra.

O *Brado Conservador* fez publicar um protesto de um credor em 14 de agosto de 1877: José Pedro Dantas Cavalcante concordou com Antonio Joaquim de Macedo em vender o escravo João, segundo o jornal, de cor parda e anêmica, com 17 anos, pouco ou mais ou menos de idade, natural desta província, filho da escrava Sebastiana, perdando os juros.

Após pagos os direitos na coletoria geral, o vendedor negou-se a outorgar a escritura. O que levou o credor a não mais perdoar a dívida e nem os juros. Por sua vez, um cunhado do devedor declarou ter adquirido João e que não pretendia devolvê-lo, “visto que é o único bem que possuído pelo devedor, por garantia a que tenho direito”.

Impostos sobre a transação eram devidos e, muitas das vezes, não eram pagos. Em 16 de maio de 1840, ao veicular o relatório do presidente da província, *O Publicador Natallense* registra que a meia sisa dos escravizados era um dos impostos nos quais se cometiam mais fraudes.

Havia a necessidade de uma lei que determinasse que o contrato de compra e venda de escravizados só poderia ser celebrado através de escritura pública e após o pagamento da meia sisa, sob pena de nulidade e de se julgar liberto o escravo. Era uma forma de forçar o pagamento do imposto. Além disso, a documentação era exigida como prova da propriedade.

Assim, não agia diferente o chefe de polícia quando, para entregar o escravo que se achava encarcerado, exigia que se apresentasse os documentos comprobatórios da propriedade. É o caso de Basílio Quaresma Torreão Junior, o chefe de polícia, que, na data de 17 de julho de 1840, informa que se acha recluso na cadeia um escravizado mulato com marcas de bexigas na cara.

A dúvida do delegado advinha do fato de que ora o escravizado dizer chamar-se Pedro, pertencente a Antonio Cardoso da Silveira, morador de uma vila na província; ora José, escravizado de Manoel Florentino da Cunha, senhor do engenho Abiá. O delegado solicitava a quem quer que seja

seu senhor que, munido de documentos autênticos, viesse resgatá-lo.

Ofertas de compra e venda apareciam nos anúncios. Em *O Rio Grandense do Norte*, edição de 25 de agosto de 1862, Mathias está à venda: “O abaixo assinado está autorizado por suas manas a vender o escravo Mathias por baratíssimo preço. As pessoas que o quiserem comprar dirijam-se a sua casa na rua do beco-novo”.

Em *O Progressista*, edição de 13 de junho de 1865, o anúncio especifica a idade desejada: “Atenção. Compra-se uma escrava de 20 a 25 anos de idade em casa do 1º cirurgião José Joaquim Machado que pretende vender dirija-se a mesma casa na rua grande”.

Era comum a compra e venda de escravizados crianças e adolescentes que ajudavam nos serviços domésticos. Eis o anúncio em *O Assuense* de 6 de julho de 1867: “Elviro da Silva Caldas precisa comprar uma escrava que seja moça e que saiba cozinhar o diário de uma casa, assim como duas escravinhas de 8 a 12 anos, quem tiver para vender anuncie por este jornal ou entenda-se com o mesmo acima declarado.”

A separação das famílias era uma realidade evidenciada nos anúncios, em que crianças de 7, 12, e jovens de 15 e 16 anos eram comercializados, apesar um decreto de 1869 proibir a venda de filhos menores de 15 anos. O que não acontecia na prática.

Nem a Lei do Ventre Livre (1871), que passou a considerar libertos os filhos das escravizadas nascidos a partir daquela data, foi capaz de extinguir a escravização das crianças, pois, mesmo liberto, ficava sujeito à tutela do senhor ou do Estado até os 21 anos de idade.

Intitulado “violência e prevaricação”, o jornal *Brado Conservador*, em 5 de janeiro de 1877, faz publicar o caso do menino Gregório. Segundo o jornal, de forma arbitrária, mesmo com o pagamento da alforria pelo pai, no valor de duzentos réis, o juiz de órfãos entregou Gregório, uma criança de sete anos, ao negociante Felipe Maximo.

Nada conseguindo por meios extrajudiciais, que foram esgotados, o pai requereu o arbitramento de valor para a ação de liberdade e recolheu na coletoria a quantia de 100 réis exigida pelo requerente. Gregório, portanto, deveria ter sido libertado.

Acontece que o juiz de órfãos, mesmo assim, permitiu que o menino fosse conduzido por Felipe Maximo, juntamente com outros escravizados, “dando assim uma lição aos protetores da liberdade, verdadeiros entraves para a realização de seus lucros”.

“Francisco da Gama, que tanto se esforçou pelo resgate do seu filho, e que o ultimo apelo para a justiça de Macau, dali volta (coitado) em lágrimas por não ter sido se quer a triste consolação de ver ainda uma vez objeto dos seus cuidados”. O jornal ainda informa: “O vapor, que dali sairá para o sul a 18 do passado, conduza Gregório com os demais escravos de Felipe Máximo como este antes havia protestado!”.

Outro retrato desta realidade foi a prática da tortura permitida por lei, sem contar as práticas de maltrato no âmbito privado na relação proprietário e propriedade. O Código Criminal estabelecia punições exclusivas para os escravizados, prevendo toda uma sorte de castigos físicos e torturas. Uma crueldade legitimada e institucionalizada. Legal.

Dentre elas, açoites e ferros, além das penas de galés e morte. O açoite era a principal punição, no máximo cinquenta ao dia, pois o objetivo era não levar a morte ou invalidar. No entanto, na prática, o que acontecia era um número de chibatadas bem superior.

A prisão da escrava Joana foi assunto em *O Natalense*, em dezembro de 1832, denunciada com uma pena de cem açoites a ser cumprida depois de presa por ter esbofetado o filho de um cidadão. A ordem de prisão, segundo o jornal, era para que a recolhessem ao calabouço da cadeia da cidade.

A violência perdurou até o limiar da abolição. O *Correio do Natal*, 26 de fevereiro de 1886, alerta ao chefe de polícia sobre a existência no engenho Oiteiro, em Ceará-Mirim, de “um tronco (prisão horrorosa) que está de vez em quando servindo de lenitivo aos poucos infelizes escravos que ainda restam naquele engenho, e isto depois de haverem sofrido cruéis castigos de diversos gêneros”.

A notícia fala ainda da realização, em 18 de fevereiro, do exame de corpo de delito no escravizado Antonio, supostamente esfaqueado pelo feitor do engenho. Um cidadão de Canguaretama relatou ao jornal: “tive ocasião de ver e lastimar o estado desse escravo que representava uma verdadeira (ilegível). Acredito, pelo que observei, que o misero escravo Antonio não poderá sobreviver”.

Os sinais de maus-tratos e das condições de saúde também aparecem descritivos nos anúncios ao mencionarem marcas, resultados da violência, e as doenças contraídas, como varíola, infecções, sinais de desnutrição, erisipela, escorbuto, bexigas, febre amarela, a cólera. As causas de morte também chegaram a aparecer na seção dos obituários.

Em *O Progressista*, em 29 de junho de 1865, toma-se conhecimento da morte de Bertolina, maior de 30 anos, escravizada de Luiz José de Medeiros. A causa morte: “afecção pulmonar”. No *Brado Conservador*, em 6 de julho de 1877, mais um obituário: faleceu o escravizado Bento, preto, 70 anos, de apoplexia.

Uma marca nos anúncios do jornal são os sinais físicos. Maria, “parda, 28 anos”, é assim apresentada em um anúncio de *O Rio Grandense do Norte* em 28 de janeiro de 1860: “cabelos bastante crespos, dentes limados, corpo grosso, alguma coisa corcunda principalmente quando anda; com um sinal preto na parte inferior do beijo, tesa, pequena, olhos pretos, boca grande, costuma rir-se todas as vezes que fala e tem falta de um dente na frente do queixo inferior.”

Hábitos e práticas também são registrados: “costuma rir-se rodas às vezes que fala e tem falta de um dente na frente do queixo inferior, foi seduzida por Eufrásio Francisco da Cunha”.

Eufrásio também é descrito: acaboclado, cabelos crespos, olhos grandes, altura regular, e tem um dos pés faltando do dedo mínimo e levava um passaporte falso em que mostra ser casado, quando era solteiro.

As descrições também registram traços do comportamento e personalidade, sempre em tom depreciativo. *O Assuense*, 14 de setembro de 1867, descreve Severina, propriedade de Manoel Martins de Farias, que fugiu no dia 21 de junho da vila de Jardim no Seridó.

Severina é “moça, retinta e não malparecida, estatura regular, olhos esbranquiçados, beijos grossos, dentes alvos e limados tanto os do maxilar superior como inferior, tem um

sinal deito em um dos braços ou de sino de Salomão ou de alguma outra figura”.

Informa ainda o anúncio que ela era ladina e levava nome mudado. Prendada, “cose, labirinta, faz renda e engoma”. Já havia sido presa em Angicos, conseguiu fugir e foi vista em Assú armada de faca, levando roupa e dinheiro. Quem a capturasse, seria gratificado e deveria levá-la na vila de Jardim ou na cidade de Assú ao seu proprietário João Carlos Wanderley.

O jornal se fazia um espaço público para que senhores fizessem o registro da procura dos seus bens desaparecidos. A presença da palavra “fuga” como um alerta ou chamariz, tornando a imprensa uma aliada na manutenção da ordem e da propriedade privada.

Em 11 de abril de 1840, *O Publicador Natalense*, em matéria paga, anuncia que fugiu em janeiro do mesmo ano do Engenho do Carnaubal, na vila de Extremoz, um escravidado de nome Felipe, “cabra, boa estatura, pernas um tanto arqueadas, pitos descarnados, com poucos dentes na frente, representando ter a idade de quarenta e tantos anos”.

Na mesma edição do mesmo jornal, também se oferecia recompensa pela captura de Mathias: mulato, boa estatura, cabelo corrido, e já pintando, pouca barba, com todos os dentes, tendo a barriga de perna esquerda até a canela cheia de costuras, e lavragem de gomas, dado ao ofício de vaqueiro, assim como ao de seleiro e sapateiro.

Mathias havia fugido, segundo o jornal, da Fazenda da Pedra na Ribeira do Trairi, montado em um cavalo ruço e com um matulão a garupa. E mais: “Quem o pegar, o poderá levar ao Sr. Francisco Luiz Nogueira de Moraes em seu

Engenho São Miguel, na vila de Goianinha desta província, que será generosamente recompensado”.

A violência e os desmandos das autoridades aparecem na edição de *O Sulista*, 29 de agosto de 1849. O delegado Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, segundo o jornal, de forma arbitrária, prendeu um escravizado de José Silvestre Cardoso, primeiro Juiz de Paz, e só libertou para poder soltar a um sectário da família Pombos.

A prisão arbitrária aparece também como “excesso de zelo” do delegado de polícia, no noticiário de *O Conservador*, 2 de junho de 1872: “preso Joaquim escravo do dr. Souto, na praça da alfândega, vizinha a casa em que se acha a família do mesmo dr. Não havendo motivo que o justificasse a prisão o sr. Delegado de polícia soltou o referido escravo”.

O senhor também poderia exigir reparação por violência de terceiros a seu escravizado. É o que se vê na notícia “Socorros e violências” que saiu no *Brado Conservador* em 20 de julho de 1877: “veio à barra do Tribunal o réu Vicente Amâncio Martins, acusado como incurso nas penas do art. 205 do Código Criminal, por ter ferido gravemente a Paulino, escravo do capitão Carlos Antônio de Araújo. O júri condenou o réu a grau médio, art. 201”.

A liberdade também é assunto. O *Brado Conservador*, em 2 de março de 1877, faz publicar um imbróglio jurídico do caso da alforria de Lucrécia pertencente a um condomínio.

Se Maria José pertencente a cinco condôminos, alforriada por um destes, pode gozar da sua liberdade sem ter que pagar quantia alguma, Lucrécia alforriada por um dos seus condôminos há mais de quatro anos já deveria ter entrado no pleno gozo de sua liberdade.

O redator continua: “não nos venham cá dizer que, por ser o único escravo que existe na casa, deve haver esta ou aquela contemplação; não! Já não disse o ilustrado senhor dr. Novaes Júnior em sua sentença que a liberdade é indivisível?”.

Na busca pela liberdade, o escravizado Francisco, pertencente a Pedro Soares, envolveu-se em uma acusação de roubo com uma série de cúmplices. A notícia aparece no *Brado Conservador*, em 23 de março de 1877. A partir das declarações proferidas por Maria no interrogatório e publicadas no jornal, passa-se a conhecer os fatos.

Maria Luiza da Conceição, 23 anos e quatro meses, pouco mais ou menos, solteira, filha natural de Luiza, já falecida, natural e moradora da cidade do Assú, que vivia de fazer sapatos e vendas, em viagem para Imperatriz, foi abordada por Francisco, escravizado de Pedro Soares. Francisco disse-lhe que havia tirado uma porção de prata e ouro do seu senhor e que usaria o dinheiro para comprar a liberdade.

Maria então recebeu a quantia e pediu para Luiza, escrava do Tenente Coronel Caldas, guardar. Acontece que Luiza se recusou por saber ser produto de roubo, mas, ao final, aceitou.

Maria ainda disse que o dinheiro havia sido tirado por Francisco juntamente com Domingos, escravo do requerente, e obteve apanhando a chave da caixa onde estava o dinheiro e que as portas da casa eram velhas e ruins e que facilmente nela pode entrar.

A liberdade poderia ser comprada e também poderia ser obtida por uma benevolência do senhor, seja em vida ou por testamento. Interessante observar que era fruto das

relações estabelecidas como é o caso da obediência, presteza, fidelidade e submissão.

Este tipo de alforria, pelo que se percebe nos jornais, era uma prática muito mais urbana, coletiva e festiva. É brutal o olhar sobre esta sociedade que tornava a liberdade uma festa pela sua benemerência e não por um direito à liberdade.

Começam os “presentes” de liberdade amplamente noticiados nos jornais. Com o título Carta de Liberdade, o *Brado Conservador*, em 9 de maio de 1879, noticia que o vigário José de Matos Silva, para celebrar o seu aniversário de ordenação, concedeu carta de liberdade ao seu escravizado Tranquilino.

Ao entregar a carta, o que teve lugar perante diversos amigos, o vigário “dirigiu ele ao libertando comovedoras palavras, exortando-o para fazer bom uso de sua liberdade, em cujo gozo ia entrar, afim de não se tornar pesado aos seus semelhantes, sendo daquele dia em diante um bom cidadão”.

Ao que o jornal completou: “Exultamos de prazer sempre que temos a ocasião de registrar em nossas colunas atos semelhantes ao que acaba de praticar o reverendo Vigário Mattos, a quem não podemos deixar de apresentar, ainda uma vez, os nossos cumprimentos”.

A Luz, em 8 de outubro de 1881, registra mais um caso: nas comemorações do dia da província, 28 de setembro, quando foi inaugurada a estrada de ferro Natal a Nova Cruz, o senhor Odilon Garcia ofereceu carta de liberdade ao seu escravizado como prova de regozijo.

Liberdade, em circulação na cidade do Natal, edição de 25 de fevereiro de 1886, também faz notícia de mais um caso de benemerência. Desta vez, em razão de um casamento.

Antonio Alves Freire, sócio da casa comercial Avelino & Irmãos, ao casar-se com a filha do capitão Abdias Pereira do Lago, “conseguiu que no mesmo dia do casamento, o capitão passasse carta de alforria a título gratuito aos seus escravos Casimiro (35 anos), Luzia (26) e Antonio (25), únicos que possuía”. O jornal conclama que o gesto sirva “de estímulo a todos aqueles que ainda possuem escravos”.

A situação não era de todo pacífica, sobretudo, quando já era uma realidade as alforrias concedidas e a libertação em diversas cidades da província. No entanto, a escravidão era lei em vigência no Brasil Império e uma questão de justiça, mesmo diante de uma campanha abolicionista. O jornal reflete este clima de conflito.

A *Gazeta do Natal*, na edição de 7 de janeiro de 1887, trata da concessão de *habeas corpus* pelo Tribunal da Relação do distrito em favor de onze escravizados que, procedentes de Pernambuco, foram apreendidos pela polícia de Natal.

A prisão foi relaxada e o jornal informa que “os abolicionistas fizeram grande passeata de regozijo da liberdade daqueles fugitivos. Isto prova o conflito permanente existente entre a lei e os seus executores entre as necessidades sociais e transitórias conveniências do Estado”.

Os redatores continuam a transcorrer com a sua prelação em torno da questão ao observar o conflito legal ali presente. A sentença do juiz surpreendia, pois dizia que o direito, mesmo contrário à lei, existia e era aplicável, por ser justo.

Ao contrário, o tribunal entendia e decidira pelo primado da lei, mostrando a divisão de pensamento que havia na “consciência nacional, fazendo da justiça histórica uma arma de combate e achando que muitas vezes a violação da lei

é uma necessidade moral, o dever inelutável dos povos e até dos governos. Bem estudadas as coisas, todos tem sua razão”.

A década de 1880 segue e os jornais começam a publicar matérias desabonadoras à escravidão, no entanto, as notícias de fuga e compra e venda permanecem coexistindo com este novo noticiário abolicionista.

O *Correio de Natal*, em 10 de junho de 1880, registra a fuga em Fortaleza, no Ceará, do escravo Olympio e, em 30 de setembro de 1883, promove uma edição especial em homenagem à libertação dos escravizados na cidade de Mossoró.

“O fausto dia 30 de setembro de 1883 em Mossoró”: “O mais belo quadro de — heroísmo, de caridade, de patriotismo e de filantropia! — vem dizer-nos que uma gloria esplendida e imorredoura foi alcançada neste majestoso dia pelos briosos habitantes do município onde a esta hora já não deve existir um só escravo!”.

Mossoró Livre: “A causa da restituição dos direitos roubados ao escravo não pertence somente a uma raça, a um povo, a um partido: tornou-se um dever da humanidade, que tem por grande fim a igualdade e o conagraçamento de seus membros”.

A abolição passa a ser notícia constante. Havia um temor que a libertação viesse por vias violentas, revoltas, protestos e, por isso, houve uma preocupação governamental que levou à adoção de medidas de contenção de ânimos, como as leis do Ventre Livre e do Sexagenário.

O movimento abolicionista foi uma conquista paulatina, impulsionada em cidades pelo movimento para alforria e declaração da abolição, motivo de orgulho para os advogados e paladinos da causa, e senhores ciosos de sua bondade

e atitude pela liberdade. Mas não foi de todo um processo pacífico. Houve resistência. Até a chegada do Treze de Maio, muitas águas rolaram.

O resultado de toda celebração abolicionista é o sinal de que ainda havia questões legais pendentes. A *Gazeta do Natal*, em 11 de fevereiro de 1888, anuncia: proprietários de escravizados pediram a remissão do imposto sobre escravizados que libertaram sem condição. Todos os solicitantes foram atendidos.

Um lento processo que se acompanha nas páginas dos jornais de uma mudança de mentalidade e resistência dos senhores. Não se pode negar a importância do feito do Treze de Maio, mas também não se pode deixar de notar que a lei chegou quando muitas cidades do Rio Grande do Norte e tantos senhores já haviam concedido a libertação.

O Macauense, edição de 30 de maio de 1882, intitulando-se o “paladino da liberdade e da abolição” anunciou a “Festa da liberdade”: “No dia 26 de fevereiro de 1882, a liberta Ignez, que foi escrava do capitão José Antônio de Souza Caldas, festejou a liberdade dos filhos, Mônica, Romão e Benedito, libertados pelo capitão, dos quais também eram propriedade, oferecendo um baile. Tudo em agradecimento do senhor por todos os serviços que ela lhe havia lhe prestado”.

O capitão também fez, a pedido dela, o favor de libertar outros dois escravizados, Luiz e Samuel. Além deles, foram libertados Ursulina pelo Dr. Santos; Inácia por Francisca Lima; e uma neta de nome Matilde por dona Antonia de Santiago. A festa da liberdade teve ainda a benevolência de Dr. Santos, que libertou Pedro e Jorge; e de dona Maria

Paulo e Fredovinda, irmãs do padre João Manoel, que libertaram Thomaz e Tiburtino.

A libertação também chegou para Luiz, escravo de Carvalho e Souza, e para “caboclo”, escravo de Moreira Brandão, chefe abolicionista, escravizados que, segundo o jornal, se sentiam humilhados vendo seus nomes ainda inscritos no livro negro do cativo.

Inclusive, a “virtuosa” filha de Moreira Brandão e o seu marido, o norte-americano Mr. O’Grady, “honraram com a sua presença aquela festa de libertos”.

O jornal exalta ainda que “o generoso coração do ilustre cidadão americano, ao que passo que se expandia em vivas manifestações de sincero entusiasmo por aquele acontecimento, mostrava-se entristecido pelo desgosto de ver um escravo do seu sogro no mesmo recinto em se festejava a liberdade”.

Concluindo que, Moreira Brandão, por ser chefe abolicionista, deveria “conceder liberdade a todos os seus escravos, correspondendo assim aos votos de seu digno genro, que não compreendeu, como ninguém compreende, abolicionista tendo escravos ao seu serviço”.

Parece que o apelo foi tão logo atendido, na edição de *O Macauense*, em 22 de setembro de 1887, notícia o que fora publicado no *Correio do Natal* que, no aniversário de 59 anos, o abolicionista José Moreira Brandão Castelo Branco libertou os seus escravizados, proferindo as seguintes palavras: “nesta casa não há escravos, libertei-os hoje”.

O Macauense também não deixou de registrar, destacando-se que se considerava um órgão dos interesses sociais, na edição de 7 de junho de 1887, a libertação em Caraúbas,

no dia 30 de março do mesmo ano, ao reproduzir a carta do vigário Pedro Soares de Freitas.

O padre informa que foram noventa e seis libertos, sem contar as alforrias gratuitas anteriores àquela data, e que, em Caraúbas, “não se observam contrariedades, desgostos e arrependimentos que abundam nas freguesias emancipadas por associações, acontecendo, em contrário, confundir-se a autora de hoje com a claridade dos fogos que todas as ruas desta vila subiam ao denso ar (...)”.

A publicação culminante veio em 30 de maio de 1888, quando o jornal anunciou “Brasil livre” e reproduziu na íntegra o telegrama do governo imperial mandando executar o decreto nº 3353, de 13 de maio de 1888, libertando todos os escravizados.

Cabe ainda observar a diferença de tratamento dos jornais às mulheres escravizadas e livres e o surgimento de uma imprensa feminina no Rio Grande do Norte.

Imprensa feminina

O século XIX não foi um século das mulheres. As mulheres livres viviam subjugadas à tutela paterna, quando solteiras; e ao marido, quando casadas. Sem acesso pleno à educação, que não fosse a doméstica, sem direito de ir e vir, estudar, participar da vida pública, votar e serem votadas. Condição que se estendia às suas irmãs escravizadas, estas, para pior, relegadas ao trabalho forçado, maus tratos, condições degradantes de vida.

Muitos são os casos infundáveis de escravizadas que eram amas de leite sem poder amamentar seus próprios filhos, dos

quais eram separadas logo após o parto, sem o direito ou a liberdade de constituir família, separadas dos seus companheiros, vendidas.

Histórias de vida marcadas pela violência e opressão, com tentativas de emancipação pela compra da alforria, fuga para os quilombos, tentativas de resistência e busca de sobrevivência e vida digna; quando não sem forças, condenadas a morrer de banzo e doenças decorrentes da má alimentação.

São estas mulheres anônimas que aparecem nas páginas dos jornais, na condição de escravizadas, em anúncios de procura-se, porque fugida do seu senhor que paga uma recompensa pela sua captura, presas e açoitadas, como a escravizada Joana, que aparece nas páginas de *O Natalense* em dezembro de 1832.

Joana, escrava de João Damasceno de Albuquerque, ré condenada a uma pena de cem açoites pelo crime de ter esbofeteado o filho de José Joaquim de Castro. E não se fica sabendo a razão que a levou a tanto.

Aparecem também anúncios de compra e venda, como fez publicar o primeiro cirurgião José Joaquim Machado no *O Progressista*, em 13 de junho de 1865: “compra-se uma escrava de 20 a 25 anos de idade”; e no *Assuense*, em 6 de julho de 1867: “Elviro da Silva Caldas precisa comprar uma escrava que seja moça e que saiba cozinhar o diário de uma casa, assim como duas escravinhas de 8 a 12 anos”.

Quanto às mulheres brancas que nasciam livres, algumas histórias de vida revelam uma tentativa de emancipação, raras, muito raras, como o caso da história de Dionísia Gonçalves Pinto, a Nísia Floresta, que escreveu para os jornais e dirigiu escolas exclusivas para moças; e Isabel Gondim,

autora de livros, professora para moças e intelectual que colaborou com *O Recreio*, em 1861, no qual publicou charadas.

Apesar das escolas já serem permitidas nas grandes cidades, o ensino para as mulheres ainda era um luxo, mas aprender a ler e a escrever foi a garantia de voz para que pudessem escrever contra esta limitação e preconceito. Um marco que tornou Nísia Floresta a pioneira em tratar do assunto da igualdade e independência das mulheres no Brasil, denunciando os preconceitos, sobretudo, contra as mulheres.

Tanto Nísia Floresta quanto Isabel Gondim são casos raros e isolados de colaboração feminina com a imprensa, aos quais se acrescenta a atuação de Úrsula da Costa Barros de Amorim Garcia, que seguiu nos jornais republicanos. Coube a Úrsula Garcia, também poeta, cronista, contista, romancista e articulista, ser a pioneira jornalista do Rio Grande do Norte.

O historiador Câmara Cascudo registra que Garcia escreveu artigos, crônicas e sueltos não assinados ou sob pseudônimo para *O Rio Grande do Norte*. É possível encontrar textos com temas que se identificam com a produção de Garcia na “coluna lírica”, no ano 1891. Trabalhos com uma temática relacionada à mulher, ao casamento e às questões amorosas.

“A mulher” aparece na edição de 14 de junho de 1891: “A mulher deseja ser homem todas as vezes que vê-se tolhida na mais insignificante parcela de liberdade. É uma aspiração para ela legítima, tão legítima como a do que requer o habeas corpus estando preso, ou sob a pressão de um constrangimento ilegal. Triste aspiração, entretanto!”.

No século XIX, havia uma imprensa feminina e uma imprensa feminista. A imprensa feminina era dirigida e pensada para as mulheres e redigida por homens, e a imprensa feminista para o mesmo público, no entanto, com um diferencial, protestar contra a opressão e a discriminação e lutar pelos direitos civis e políticos das mulheres.

A pesquisadora Constância Lima Duarte aponta que foi até uma completa novidade os homens se dedicarem a escrever jornais para as mulheres e ainda faz observar que os títulos se relacionam ao campo semântico da educação, revelando a ideologia patriarcal que os dominava: Mentor, Farol, Manual, Despertador, Espelho, etc.

Dois jornais norte-rio-grandenses praticaram uma imprensa feminina. Um deles foi *Primavera* e, o outro, *O Íris*, ambos de 1875. Importante ressaltar que, até a década de 1870, poucas eram as mulheres alfabetizadas e havia represão à instrução feminina. Só em 1879, foi permitido, no Brasil, o ingresso no ensino superior.

É neste cenário e neste contexto que, na cidade do Assú, surge o jornal *Primavera*, com o subtítulo de pequeno jornal literário e recreativo, impresso na Tipografia Assuense duas vezes por mês. O redator-responsável era Custódio L. R. d'A.

Além de poemas, o jornal trazia notícias sobre acontecimentos políticos e sociais, moda, etc. Não restaram exemplares para que se pudesse ter acesso ao seu conteúdo. Sabe-se de sua existência, pois está relacionado no dicionário dos jornais femininos organizado pela pesquisadora Constância Lima Duarte.

Já *O Íris* foi um jornal bimensal redigido por Joaquim Fagundes, também redator de *O Miguelinho*, autor de dra-

mas, conferencista, escritor. Impresso na Tipografia Conservadora, em Natal, aceitava assinatura anual, semestral e bimestral, pagas adiantado, e dizia-se “dedicado a causa do progresso do sexo feminino”.

Jornal com quatro páginas e dividido em duas partes: “filosófica” e “literária”, *O Íris* tinha por lema a frase de Madame Stael: “O gênio não tem sexo”. Segundo Duarte, o lema explicita seu caráter progressista em defesa da emancipação e os direitos das mulheres e revela a surpreendente lucidez e determinação do redator ao assumir e se proclamar feminista.

Na edição de 10 de novembro de 1875, o redator chega a agradecer às professoras das cidades de São Gonçalo e de Imperatriz pela assinatura do periódico e conclama seu propósito de defesa da mulher, vítima da sociedade que lhe rouba os direitos políticos e as ideias, que tem por sorte, escreveu, “a resistência de Stael, Sand, Gerardin e tantas outras”.

O jornal exalta a grandeza da esposa e os deveres honrosos e sacrificados da maternidade, publica contos, pensamentos sobre a emancipação da mulher e registra acontecimentos sociais, como partidas, chegadas, falecimentos, agradecimentos, horários do vapor, e reproduz telegramas, traz humor, literatura e anúncios.

Apesar de uma imprensa feminina e feminista, a condição geral da mulher pelos demais jornais é o espelho da sociedade do seu tempo, subjugada ao homem e dedicada ao lar e à família. Não é outra a mulher que aparece no *Brado Conservador* em duas anedotas e em um artigo dedicado a registrar as virtudes da mulher.

As anedotas aparecem na edição de 26 de janeiro de 1877. Em uma delas, uma esposa recebe por resposta ao repreender o marido embriagado: “cala-te, mulher, o homem a beber nunca há de fazer um dano, como a mulher a comer. Lembra-te da nossa mãe Eva”.

A outra anedota não deixa por menos: caminhando pela rua, um homem pisou na cauda do vestido de uma dama, que lhe disse: olhe que há agora cada animal! Ao que ele respondeu: tendes razão, senhora, e se os conhece pela cauda.

A exaltação das virtudes, por sua vez, está na edição de 27 de fevereiro de 1879: “A mulher boa é o regozijo da casa; a mulher laboriosa é a fortuna de sua família; a mulher que, sendo boa e laboriosa, tem alteza em suas ideias, prudência nos seus atos, delicadeza em seus sentimentos é a benção de Deus, o encanto do marido, a providencia de seus filhos”.

Estas são as faces da presença feminina nos jornais e da existência de uma imprensa feminina no Rio Grande do Norte. Os jornais seguem na vanguarda do tempo, legando à República algumas continuidades, mas já se propondo a um outro jornalismo: diário, empresarial e por jornalistas.

Jornalismo local

A proposta deste pequeno e brevíssimo livro-ensaio foi abordar nuances do jornalismo em jornais no Rio Grande do Norte de 1832 até 1889 e, assim, sugerir um mosaico do que foi o jornalismo na província a partir destes temas escolhidos e selecionados.

Um trabalho cujo ponto de partida, o meio e o fim foi a leitura dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Foi este o material consultado, jornal a jornal, ano a ano, edição a edição, a fonte de pesquisa a que se soma a bibliografia relacionada nas referências.

Uma versão de alguns destes pontos aqui tratados foi publicada em revistas voltadas a pesquisas nas áreas de comunicação e história. A passagem referente à questão indígena em outra configuração foi apresentada na disciplina História Indígena do curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em julho de 2024, ao professor Lígio de Oliveira Maia. Este mesmo trabalho foi apresentado em sala de aula para a turma.

Este ensaio livre lança-se, assim, como uma pequena e breve contribuição aos estudos do jornalismo e à história do jornalismo, aos quais nos propusemos com dedicação e entrega, transformando nosso interesse em artigos, livros, participação em congressos e conversas, em constante diálogo, aqui e alhures, na aventura da pesquisa e no exercício da escrita.

Referências

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*: Brasil, 1800–1900. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CASCUDO, Luís da Câmara. A jornada presidencial de 1861. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. Imprensa política. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal: RN Econômico, 1999.

- CASCUDO, Luís da Câmara. *Uma história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte: conclusões, pesquisas e documentos*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FERNANDES, Luiz. *A imprensa periódica no Rio Grande do Norte: 1832 a 1908*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: EDUFRN, 2008.
- MELQUÍADES, José. *Padre Francisco de Brito Guerra, um senador do Império*. Natal: Fundação José Augusto, 1987.
- MOLINA, Matías. *História dos jornais no Brasil*. Da era colonial à regência (1500–1840) — volume I. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MOREL, Marcos; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- POMBO, Rocha. A imprensa até 1900. In: POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2019.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830–1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMMES, Flávio dos Santos (Org). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOBRAL, Gustavo. BULHÕES, Juliana. História do jornalismo no Rio Grande do Norte: Úrsula Garcia, a primeira jornalista? *Revista Temática*, ano XIX, n. 8, ago. 2023.
- SOBRAL, Gustavo; PIGNATARO, André Felipe. *O primeiro tipógrafo do primeiro jornal*. Tribuna do Norte, 26 de setembro 2021.

Sobre os autores

Gustavo Sobral é jornalista e escritor, mora e vive em Natal/RN. Autor e organizador de diversos livros, ensaios e artigos, reúne tudo que escreve e publica no seu site pessoal gustavosobral.com.br. Também desenvolve projetos editoriais em sertaoeditora.com.

Juliana Bulhões é jornalista, radialista e vive em Natal/RN. Mestra em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutora em Comunicação Social pela Universidade de Brasília. Dedicar-se à pesquisa e à docência. Email para contato: julianabulhoes.ad@gmail.com.

Outras publicações

Outros títulos dos autores podem ser acessados de forma gratuita em gustavosobral.com.br: *Manual de assessoria de imprensa: exclusivo e prático* (Biblioteca Ocidente, 2024); *Jornalismo, Biografia e Crônica* (EDUEPB, 2023) e *Memórias do Jornalismo no Rio Grande do Norte* (Caravela Cultural, 2018).

Nesse livro breve, mas repleto de ecos profundos, os autores nos conduzem ao tempo em que fundar um jornal no chamado “norte do Brasil” — como era conhecida a região — era uma ousadia quase heroica. Em meio à precariedade e ao silêncio informativo, ergue-se O Natalense, fundado pelo visionário padre Francisco de Brito Guerra, como um sopro de modernidade em uma província ainda adormecida. Entre tipos, tintas e máquinas, pulsa a vida de trabalhadores que enfrentavam longas jornadas para fazer circular ideias. De maneira precisa e instigante, os autores conectam essa história local ao legado da imprensa europeia, trazendo à tona figuras como Carlos Eduardo Muller, herdeiro da revolução de Gutenberg, que trouxe da Alemanha saberes que se entrelaçam à história potiguar.

Francisco Isaac D. de Oliveira



Editora Biblioteca Ocidente
LIBRUM LUX MUNDI